

# Plano para 120 mil

MINERVINO JÚNIOR

Gizella Rodrigues

O Plano de Saúde dos servidores do Governo do Distrito Federal, o GDF-Saúde, vai entrar em operação entre o fim de outubro e o início de novembro. A promessa foi feita ontem pela secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, durante a posse dos membros do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Assistência Social de Saúde dos Servidores (Inas). O conselho será o responsável por elaborar as diretrizes que irão regulamentar o plano de saúde, que vai beneficiar todos os 120 mil servidores do GDF.

A instituição do conselho foi o primeiro passo para a implementação do plano de saúde. O conselho fará parte do Inas, autarquia vinculada à Secretaria de Gestão Administrativa que irá gerir o GDF-Saúde e é composto por 15 membros: oito representantes do governo e sete dos servidores. Eles têm 30 dias para estabelecer os benefícios concedidos pelo plano, as regras para a participação dos servidores e o credenciamento da rede hospitalar e ambulatorial que atenderá aos servidores.

Cada servidor vai contribuir com 4% da remuneração (com limite de R\$ 300), com acréscimo de 1% para cada dependente cadastrado. Um servidor com salário de R\$ 2 mil, por exemplo, pagará R\$ 80 por seu plano e R\$ 20 para cada dependente. Poderão participar do GDF-Saúde servidores ativos e inativos da administração direta,

indireta, autarquias e fundações do GDF, que podem optar ou não pela adesão ao plano.

Cecília Landim garante que quem aderir ao GDF-Saúde encontrará uma rede completa de farmácias, clínicas, hospitais e laboratórios conveniados no DF, Entorno e em todas as capitais do País. "Será o melhor plano de saúde do Brasil. Além dos benefícios aos usuários, as entidades que se conveniarem receberão o pagamento até o 10º dia útil de cada mês", afirmou. "Sabemos dos problemas de saúde do País. Temos, hoje, maior expectativa de vida, mas isso só é importante quando temos qualidade de vida e segurança de saber que seremos atendidos no momento de necessidade", completou a governadora Maria de Lourdes Abadia, que assinou o termo de posse do conselho.

## ■ Professores ansiosos

A secretária espera que, com a posse dos membros do conselho, a efetivação do plano e a adesão dos servidores ocorra com mais rapidez. A lei que aprovou o plano de saúde, Lei 3.831, foi sancionada pelo então governador Joaquim Roriz, em 14 de março de 2006, e deveria ter entrado em vigor em 120 dias, prazo que terminou em 14 de julho. "Vimos que os quatro meses não seriam suficientes para a implementação e enviamos uma mensagem à Câmara Legislativa modificando o texto da lei. Os servidores só vão começar a contribuir quando a prestação dos serviços estiver



■ GOVERNADORA MARIA ABADIA E SECRETÁRIA CECÍLIA LANDIM NA POSSE DO CONSELHO QUE VAI ELABORAR AS DIRETRIZES DO PLANO DE SAÚDE

sendo oferecida", diz Cecília.

Quem também tem pressa são os servidores. Os 39 mil professores do DF são a maior categoria beneficiada. Washington Dourado, coordenador da Secretaria de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Professores (Sinpro), diz que a expectativa é grande. "Muitos professores saíram de seus planos privados para participar desse do governo. A posse do conselho

é um passo importante e coroa uma luta de cinco anos", conta.

Apesar de confiantes, os professores ameaçam parar no próximo dia 30 se não houver perspectivas da implementação do plano. "Falam que os professores são quem mais apresentam atestados médicos. Mas 80% da categoria são mulheres que precisam ir ao médico uma vez por ano. E há casos de depressão, muitas vezes causada pelo re-

lacionamento entre professor e aluno, e problemas nas cordas vocais, por causa do excesso de aluno e da falta de acústica da sala de aula", diz Dourado.

O secretário-geral do Sindicato dos Servidores da Administração Direta do GDF (Sindireta), Sonivaldo Lima, que representa 45 mil servidores, diz que a expectativa entre a categoria é de frustração. Ele afirma que o plano de saúde está

seis meses atrasado e "será impossível colocá-lo em operação este ano". "Se só para fazer o projeto de lei e aprová-lo demoraram mais de um ano, imagine para implementar o plano", diz. "A adesão não será feita do dia para a noite, pois os servidores não vão deixar o plano de saúde que pagam hoje por um que nem saiu do papel sem ver os resultados práticos", acredita Sonivaldo.